

Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

Caracterização

Esse objetivo compreende a dimensão das Condicionalidades do Programa Bolsa Família. As Condicionalidades são os compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família e, especialmente, pelo poder público para reforçar e qualificar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos – saúde, educação e assistência social.

As condicionalidades atuam para além da renda recebida pelos beneficiários, na perspectiva de garantir seu acesso aos sistemas de saúde e educação, possibilitando melhoria nas condições de vida e a ruptura do ciclo intergeracional da pobreza. A gestão das condicionalidades logrou êxito tanto do ponto de vista da cobertura do acompanhamento quanto do impacto na vida dos beneficiários, reconhecido por meio de diversas pesquisas e publicações de especialistas e organizações nacionais e internacionais. Entretanto, há ainda um enorme potencial a ser explorado para a incorporação das informações oriundas das condicionalidades na prática cotidiana das políticas sociais. Nesse sentido, propõem-se três frentes de ação prioritárias que dialogam com o objetivo proposto.

Em primeiro lugar, é preciso **reafirmar permanentemente o princípio da equidade** subjacente às condicionalidades: a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos, como as famílias em situação de pobreza, de forma que o poder público invista o esforço necessário para alcançar essas famílias, provê-las dos serviços sociais básicos e garantir sua oferta contínua para que elas sejam inseridas nas políticas universais. A reflexão sobre focalização e universalização das políticas sociais passa, portanto, pela noção de equidade. Por isso, a necessidade de monitorar a evolução das taxas de acompanhamento de educação e saúde e, ao mesmo tempo, reduzir o número de famílias que descumpram condicionalidades.

Em segundo lugar, é necessário **dar consequência às informações obtidas no acompanhamento das condicionalidades**. O acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público mapear algumas das principais situações de vulnerabilidade e risco social vivenciadas pelas famílias em situação de pobreza. Dessa forma, é possível elaborar diagnósticos sociais sobre indivíduos, famílias e territórios e implementar ações de governo que visem a superação dessas situações. Com isso, torna-se primordial acompanhar a inclusão das famílias do PBF em descumprimento nos serviços socioassistenciais. Compreende-se que a ação da política de assistência social, em conjunto com educação e saúde podem contribuir para redução de vulnerabilidades e riscos vivenciados pelas famílias em situação de pobreza.

A terceira frente de ação na articulação intersetorial é o estabelecimento de parcerias entre o PBF e outros programas estruturantes nos setores de saúde, educação e assistência social, com o objetivo de **qualificar o acesso de seus beneficiários aos serviços sociais básicos**. Os principais exemplos são as parcerias com o Programa Mais Educação (PME) e o Programa Saúde na Escola (PSE). Essas parcerias consistem na priorização, na adesão aos programas, das escolas em que mais da metade dos estudantes são beneficiários do PBF (denominadas “escolas maioria PBF”), entendendo que os territórios em que tais escolas se encontram são territórios vulneráveis. A fim de avançar nessas parcerias para qualificação do acesso, pretende-se fortalecer a gestão e articulação intersetorial com as políticas de educação, saúde e assistência social, prioritariamente.